

## INCONCLUSÃO:

### A FILOSOFIA POLÍTICA SEGUNDO POPPER

«Creio que os filósofos devem continuar a discutir os verdadeiros objectivos da política social à luz da experiência dos últimos cinquenta anos. Em vez de se limitarem a discutir a «natureza» da ética, ou o sumo bem, etc., devem reflectir sobre questões éticas e políticas tão fundamentais e tão complexas como as suscitadas pelo facto de que a liberdade política é impossível sem um princípio de igualdade perante a lei; de que, visto que é impossível a liberdade absoluta, é nosso dever exigir, com Kant, em seu lugar, uma igualdade conforme às limitações da liberdade, que são as inevitáveis consequências da vida em sociedade; e de que, por outro lado, a busca de igualdade, particularmente no sentido económico, por mais desejável que seja, pode vir a constituir ameaça para a própria liberdade.»

Karl Popper, «Previsão e Profecia nas Ciências Sociais» in Patrick Gardiner (org.), Teorias da história, trad. do inglês por Vítor Matos e Sá, Lx, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d., p.346 (agora também em CR, p.345).

A Filosofia Política de Popper, que procurámos reconstruir e comentar, configura uma forma particular de pensar o «político» que estamos, por fim, em condições de explicitar. Analisaremos agora a ideia popperiana de Filosofia Política, a «maneira» dessa reflexão e as suas potencialidades como «programa de investigação». Não repetiremos nesta «Inconclusão» as conclusões que traçámos em cada capítulo. Quem as desejar rever, poderá ler em contínuo as secções correspondentes (I.11., II.10. e III. 13).

Mas o que entende Popper por «Filosofia»? Assim colocada, a questão é de cariz essencialista e não existe, para o nosso autor, uma «essência» da Filosofia ou da actividade filosófica. Popper prefere fazer Filosofia do que falar de Filosofia. Quando fala de Filosofia é sempre na esperança de filosofar um pouco.<sup>1</sup> é também o que faremos, começando por seguir Popper e procurando, depois, ir ligeiramente além.

Embora tendo de incluir-se na categoria dos «filósofos profissionais», Popper considera-se obrigado a pedir desculpa por tal facto.<sup>2</sup> A razão é que a Filosofia como campo académico, com profissionais específicos, não terá produzido grandes ideias ao longo da sua história.

Como já vimos - em I.2.b) - Popper considera os intelectuais em geral e os filósofos em particular culpados de alguns dos acontecimentos históricos mais terríveis. De acordo com a sua visão cosmológica e seguindo a tradição liberal, que valoriza a acção das ideias na história, Popper pensa que os filósofos

---

<sup>1</sup> Cf. CR, p. 66 segg. Sobre esta questão, v. Norberto Cunha, «Filosofia e filosofar em Karl R. Popper», Revista Portuguesa de Filosofia, tomo XXXVIII, fasc. 1/3, 1982, pp. 219-152.

<sup>2</sup> Por exemplo, em Objective Knowledge, Oxónia, Clarendon Press, 1979, pp. 32-33.

também «governam» o mundo pelas ideias que criam, de acordo com as suas intenções iniciais ou apesar delas. Recordemos Bacon e a «utopia» do saber-poder, por intermédio da Royal Society e das outras instituições que corporizaram a ideia de investigação organizada, Rousseau através de Robespierre, Marx através de Lenine, Stuart Mill por intermédio dos partidos políticos ingleses, Kant pela ideia de paz numa Liga das Nações, etc.<sup>3</sup>

Nos exemplos dados, é possível encontrar ideias boas e más, com consequências desejáveis e com consequências indesejáveis de um ponto de vista humanitário. Mas, procedendo a um balanço histórico global, constata-se que mesmo os maiores pensadores, como é o caso de Platão, criaram ideias erradas e com consequências nefastas. O totalitarismo, o idealismo, o determinismo, o historicismo, o historismo, o irracionalismo, o cepticismo, são exemplos de teorias filosóficas largamente defendidas e difundidas e que minam a confiança na razão e no humanitarismo.

Este balanço popperiano não parte ainda de nenhuma visão prévia da Filosofia, tomando-a antes como aquele conjunto de teorias variegado e mutável, usualmente considerado integrante da tradição filosófica. A Filosofia é aqui entendida como aquilo que os filósofos fazem, e não como uma prática específica e caracterizável no seu todo.

Mas a Filosofia segundo Popper distingue-se de uma série de concepções que ele próprio nomeia e em relação às quais não é difícil encontrar exemplos, sobretudo na Filosofia contemporânea. Assim, para Popper, a Filosofia não é (ou não deve ser): (a) solução de equívocos linguísticos; (b) arquitectura conceptual

---

<sup>3</sup> Cf. Karl Popper, «Epistemology and Industrialization. Remarks on the Influence of Philosophical Ideas on the History of Europe», Ordo, vol. 30, 1979, pp. 3 segg.

engenhosa e esteticamente chamativa; (c) sistema de verdades; (d) análise semântica da linguagem; (e) exibicionismo intelectual; (f) terapia intelectual, (g) exercício de exactidão; (h) suprimimento dos fundamentos prévios para problemas a tratar depois; (i) expressão do «espírito da época».<sup>4</sup>

Num outro lugar<sup>5</sup>, Popper refere ainda que a Filosofia não é um método geral para abordar qualquer tema e obter resultados, como acontece com o que designa por «filosofias da moda»: hegelianismo, fenomenologia, existencialismo, análise linguística. Estas «linhas de investigação» da Filosofia contemporânea são suficientes para exemplificar as diversas alíneas referidas. Filosofias de origem hegeliana poderiam ilustrar as alíneas (b), (c) e (i). A fenomenologia, eventualmente, as alíneas (h) e (g). O existencialismo - incluindo Heidegger - talvez mesmo a alínea (e), devido a um jargão que Popper considera verbalista. A análise linguística pode ter versões do tipo das alíneas (a), (d) e (f). As duas últimas são uma referência explícita aos derradeiro e primeiro Wittgenstein, respectivamente.

Escusado será realçar o carácter sumário dos juízos de Popper. Ele explica-se, em nosso entender, porque o racionalismo crítico popperiano surge isolado no quadro da Filosofia contemporânea e mesmo da Filosofia actual, uma vez que a epistemologia que recolheu as suas influências dele se afastou.<sup>6</sup> Mas, se Popper

---

<sup>4</sup> Para este rol, v. BMM, pp. 162-163.

<sup>5</sup> CR, p. 72, n.12.

<sup>6</sup> Não é esta a opinião de David Stove, que considera Popper a fonte do irracionalismo epistemológico do último Imre Lakatos, de Thomas Kuhn e de Paul Feyerabend. V. David Stove, Popper and After, Oxónia, Pergamon Press, 1982. Para a polémica levantada por este livro, v. Newsletter for Those Interested in the Philosophy of Karl Popper, vol. I, n.ºs 3 e 4, 1983, pp. 13-16.

não se reconhece em outras práticas filosóficas, isso deveria levar, em nosso entender, a um discurso mais clarificador e compreensivo dessas diferenças. Até porque, usado de forma menos conscienciosa ou menos imaginativa, também o pensamento de Popper poderá ilustrar o conceito de «filosofias da moda».

Passemos agora à visão propriamente popperiana da Filosofia. Ela parte do senso comum, para depois se afastar:

«Creio que todo o homem desenvolve determinados pontos de vista filosóficos - ainda que geralmente acríticos -, filosofias boas ou menos boas. Também as expectativas, o que a vida deve oferecer, o que se pode alcançar na vida, são, no fundo, pontos de vista filosóficos perante a vida. Neste sentido creio realmente que todos os seres humanos são filósofos.»<sup>7</sup>

A Filosofia popperiana consiste pois em examinar criticamente os preconceitos do senso comum, que são muitas vezes transmitidos ao pensamento filosófico. Podemos recordar o caso das teorias historicistas, cujas origens remotas podem ser encontradas na teoria conspirativa e na secular crença nas profecias. Ou do historicismo, baseado no mito do framework, de que a tese kuhniana da incomensurabilidade dos paradigmas é uma versão sofisticada. Ou do organicismo, que parte da crença ingénua na realidade substancial dos colectivos. Ou ainda do utopismo como reabilitação histórica do mito da Idade do Ouro.

Quisemos exemplificar com teorias abordadas neste trabalho. Mas também é possível fazê-lo com teorias de cariz epistemológico ou ontológico. As teorias empiristas derivam da teoria do senso

---

<sup>7</sup> Karl Popper, Sociedade Aberta, Universo Aberto, Lx, Dom Quixote, 1987, p. 9.

comum do conhecimento - a «teoria do balde» - que considera a observação a fonte do conhecimento e a base da sua segurança. O realismo do senso comum, por sua vez, afirma a realidade da matéria, aproximando-se de algumas teorias materialistas estritas.

Em relação a este último aspecto, Popper afasta-se do monismo materialista, como já vimos, mas considera saudável o realismo do senso comum e vai ao ponto de chamar à sua teoria dos três mundos «pluralismo do senso comum». Apesar do senso comum experimentar as maiores dificuldades para admitir o Mundo 3, Popper considera a sua teoria mais próxima dele do que, por exemplo, o imaterialismo de Berkeley ou o comportamentismo de Watson.<sup>6</sup> Porque o primeiro descarta a realidade física e o segundo a realidade da consciência e da experiência humana da liberdade. Portanto, e para o ilustrar nos serve este exemplo, o necessário afastamento em relação ao senso comum também não é garantia de verdade. Porque nada o é. Mas podemos ser críticos ao examinar os problemas postos tanto pelo senso comum como pela tradição filosófica - e esta asserção já nos encaminha para o núcleo da visão popperiana da Filosofia.

Diz Popper: «Não somos estudantes de certas matérias mas estudantes de problemas».<sup>7</sup> A origem dos problemas é, em geral, a tradição, embora possa ser qualquer outra. Aplicando-se a qualquer tipo de conhecimento, este aspecto toma uma vexção particular no caso da Filosofia. Se há alguns problemas que são tradicionalmente considerados filosóficos e podem ainda alimentar a reflexão, torna-se necessário que sejam genuínos, i.e., que formulem

---

<sup>6</sup> Cf. BMM, p. 166-167.

<sup>7</sup> CR, p. 67.

questões decisivas para a nossa possibilidade de conhecimento do universo e da posição que nele ocupamos, para a ética e para a política. Os problemas filosóficos, antigos ou novos, «estão sempre enraizados em problemas urgentes fora da Filosofia, e morrem quando estas raízes decaem».<sup>10</sup>

A Filosofia, no sentido popperiano, tem uma relação primordial com as ciências porque elas são, desde sempre, uma fonte de novos problemas. A ciência - como já tivemos oportunidade de ver - evoluiu a partir da cosmologia grega. As ciências individuais são pois particularizações do mesmo sonho de inteligibilidade cósmica. Os grandes criadores científicos, aliás, ligam as suas inquirições a ideias filosóficas englobantes, como é o caso das especulações de Newton ou Einstein sobre a divindade.

Por outro lado, os problemas científicos também podem ter as suas raízes na Filosofia. A ciência leva por vezes à reformulação e mesmo à solução de velhos problemas filosóficos. É o que acontece com as teorias contemporâneas sobre a estrutura da matéria, face às múltiplas reflexões sobre o tema que é possível encontrar na história da Filosofia.<sup>11</sup>

Mas qualquer outro domínio do conhecimento e da vida pode ser uma fonte de problemas filosóficos (ou científicos). É o caso da medicina, do direito, da religião, da arte; ou da política.<sup>12</sup> E os exemplos poderiam suceder-se.

---

<sup>10</sup> CR, p. 72.

<sup>11</sup> V. Karl Popper, «Philosophie et physique», Revue de Métaphysique et de Morale, 1987, 92, nº 2, pp. 230-237. V. igualmente Joseph Agassi, «The Nature of Scientific Problems and Their Roots in Metaphysics», in Mario Bunge (ed.), The Critical Approach to Science and Philosophy, Glencoe, The Free Press, 1964, cap. 13.

<sup>12</sup> Cf. CR, p. 72.

Descobrir problemas, reformular problemas, intentar a sua solução - eis a tarefa do filósofo. Por isso Popper alerta para os perigos da especialização: para o cientista «é uma grande tentação»; para o filósofo é «pecado mortal».<sup>13</sup> Se as divisões disciplinares são artificiais em Ciência, a fortiori o são na Filosofia, onde existe uma diversificação máxima das fontes problemáticas. Não faz então sentido que o «trabalho dos problemas» seja restringido com fronteiras artificiais.

Esta actividade problematizadora e clarificadora não requer um método filosófico específico - como, por exemplo, o fenomenológico, o método hermenêutico ou o da análise linguística. Obriga tão só - o que não é pouco - ao exercício da crítica.

Nesta perspectiva, a tarefa dos filósofos políticos começa pela atenção ao mundo social e pela capacidade para encontrar problemas genuínos para discutir e resolver. Por isso - e como afirma Popper na epígrafe a esta «Inconclusão» - eles devem abandonar as especulações sobre o «Sumo Bem» ou a natureza das categorias ético-políticas em geral e pensar «à luz da experiência». Devem pensar o «político» a partir da política e da vida social, mas tendo em conta os conhecimentos, as acções possíveis, as consequências - especialmente as não intencionais.

Questões como as referidas no mesma epígrafe - a liberdade, a sua relação com a igualdade perante a lei e os perigos da procura da igualdade económica - são importantes para uma sociedade «aberta», para a promoção do racionalismo e do humanitarismo. Do mesmo modo, as ideias que os ameaçam - o pensamento totalitário e os seus suportes teóricos - devem ser pensadas criticamente. Sem o que os filósofos políticos estão a atraí-lo a

---

<sup>13</sup> CR, p. 136.



Humanidade; ou seja, a interacção individual dialógica de que a sua actividade crítica depende (v. I.2.c) acima).

Esta «maneira» da Filosofia Política, atenta ao quotidiano, problematizadora, crítica e argumentada, pode ser exemplificada pela obra do próprio Popper. Para compreender as possibilidades e limites de tal exemplificação, bastar-nos-á um breve exercício retrospectivo.

Na «Introdução» a este trabalho, procurámos apreender a situação histórica e intelectual em que surgiu o problema básico da Filosofia Política popperiana. Aí desenhámos, sobre o fundo da relação com o marxismo, da repulsa pelo nacionalismo germânico e pelo nazismo, da vivência da guerra, da rejeição do pensamento revolucionário posterior, os temas que depois, abandonando a crónica pela lógica reconstrutiva do pensamento de Popper, agrupámos nas três questões fundamentais da dimensão valorativa do racionalismo crítico, da arqueologia do pensamento totalitário e da definição conjectural de uma política «razoável».

Na sua lógica interna - reconstruída - a Filosofia Política de Popper é um espelho da situação-problema que a viu surgir. Explicitando-se na relação/contraposição entre a minoritária tradição racionalista crítica e o pensamento totalitário, entre a sociedade «aberta» e a sociedade «fechada», entre a democracia liberal e o poder incontrolado, reproduz ao nível teórico a «tensão essencial» do percurso intelectual e humano do seu autor. Mas esta Filosofia e este percurso, ao formularem tais antinómias, levantam aquele que é, eventualmente, o problema maior que a história do século XX coloca a uma reflexão política do tipo popperiano: como foi possível o totalitarismo e como é possível evitá-lo?

Ainda que muitos aspectos da «resposta» de Popper nos tenham surgido, ao longo deste trabalho, como incompletos e insatisfatórios, a Filosofia política popperiana parece ter condições para, usando a expressão de Habermas (p.i acima), «melhor alcançar a meta que ela mesma ela mesma se impusera». Toda a nossa reconstrução se encaminhou nesse sentido.

Mas o pensamento popperiano poderá talvez ainda ultrapassar essa «meta», propiciando o alcance de outras que não estão no seu horizonte. é o que veremos agora, indo um pouco além - como prometemos - desse pensamento.

A Filosofia Política de Popper não desmente a ideia popperiana de Filosofia, da qual procurámos deduzir a ideia popperiana de Filosofia Política. Mas parece-nos que a Filosofia Política de Popper vai mais longe do que a ideia popperiana de Filosofia Política, na medida em que estabelece pela prática um *modus argumentativo* que não está, à partida, contido nessa ideia. No exercício da crítica e na construção de conjecturas, Popper desenvolve uma argumentação cuja característica geral mais relevante é a pluridimensionalidade. Partindo de problemas específicos, recorre não apenas ao pensamento político, à História das Ideias e à História Política e Social, mas ainda a ideias lógicas, éticas, epistemológicas e ontológicas. Como tudo isso se relaciona, é o que a seguir intentaremos clarificar.

O ponto central do nosso raciocínio é o carácter não justificacionista e racionalista crítico do pensamento de Popper. Ele não permite que qualquer dos domínios filosóficos e não filosóficos acima referidos, surja como primacial em relação aos outros e, assim também, para a Filosofia Política. Estando desde logo afastada uma relação de «causalidade teórica» linear,

própria de um pensamento justificacionista ou fundacionista, é indefensável que, por exemplo, a argumentação lógica, ou a história do racionalismo e da sociedade «aberta», ou os valores humanitários, ou a teoria do Mundo 3, ou a teoria do carácter conjectural e «aberto» do conhecimento e do futuro, possam constituir a via privilegiada de acesso à explicabilidade.

A Filosofia Política de Popper configura um «programa de investigação» a partir de problemas e contextos temporais e temáticos específicos. Esta origem é o fio condutor do re-flectir, que não emana de outros «lugares» teóricos e não pode fundar-se neles. As diferentes instâncias argumentativas utilizadas têm de encontrar pontos de equilíbrio sem que cada uma perca a sua independência em relação às outras.

O pensamento popperiano distingue-se assim das Filosofias Políticas que encontram o seu Fundamento num outro «lugar» teórico, mas também das que se querem exclusivamente políticas, sem ligação à teoria do conhecimento e sem contágio metafísico. Requerendo esclarecimentos que encaminham para problemáticas epistemológicas, ontológicas, históricas, etc., a sua relação com estes domínios é de «igualdade» e não de heteronímia. Se uma reflexão filosófico-política requer, por exemplo, uma reflexão epistemológica, uma Epistemologia não deixa nunca de requerer uma Filosofia Política, que esclareça as condições sociais da sua possibilidade. A mesma interrelação aplica-se, conjuntamente, à Lógica, à Ontologia, à História do Saber ou à História Política e Social.

Filosofia sem «Princípios», sem justificação e sem Razão, mas não sem problemas, argumentos ou razões, o pensamento de Popper sobre a política patentiza uma via de acesso à pensabili-

dade neste domínio. Os resultados substantivos a que poderá conduzir dependerão da situação-problema, dos input informáticos, da criatividade argumentativa do seu autor; mas o modus faciendi dispensará o Fundamento, assim como o «Isolamento» teórico.

Esta via de acesso é, simultaneamente, mais formal e mais durável do que os aspectos analisados nos três capítulos do nosso trabalho. Permite muitos desenvolvimentos, diversificados e até contrastantes, que nela não estão contidos à partida.